

MEDALHÍSTICA OLISIPONENSE

Dentre os materiais escolhidos pelo homem para fixar a memória dos passos da vida dum povo, são os metais os preferidos; e fabricados com eles sobressaem as espécies monetiformes que, pela sua multiplicidade e conseqüente disseminação pelo mundo, melhor do que qualquer outro asseguram uma lembrança mais duradoura ao facto que representam.

Assim nos ensina a História, e para dar um só exemplo, bastará recordar que os fastos de Roma se podem escrever unicamente pelas *moedas* (a que antigamente chamavam *medalhas*, o que, de algum modo, se coaduna com a designação hodierna, porque na verdade as moedas constituíam então, na velha Roma — bem mais do que hoje — evocações directas e descritivas dos acontecimentos dela) havendo porisso bastos exemplos de múltiplas e variadas coisas que só por elas nos foram reveladas.

E não sòmente no campo histórico, como no geográfico, económico, linguístico, etnográfico, industrial, artístico, etc., as moedas nos revelam subsídios valiosíssimos. Além de que pelo carácter próprio dos objectos que estuda, a Numismática é uma das Ciências auxiliares da História que mais continuamente lhe ministra subsídios novos.

Dêstes monumentos há pois a considerar duas séries: a monetária e a medalhística. De qualquer delas se colhem elementos preciosos para a illustração da história de um povo. Todavia, ao passo que nas *moedas* se verifica especialmente o factor histórico-económico, nas *medalhas* melhor se aprecia o descritivo e artístico.

A *medalha*, no sentido rigoroso de peça comemorativa, completamente alheia ao factor económico que fundamentalmente caracteriza a *moeda*, só muito tardiamente apareceu. Com efeito, não falando nos antigos e raros «medalhões contorneados» dos romanos, só com o renascimento a medalha nos aparece no século xv, primeiro sob o impulso de António Pisano, o célebre Pisanello, cuja arte em breve floresceu e se expandiu, não só em diversas regiões onde hoje é Itália, mas ainda além fronteiras... até que a Portugal chegou.

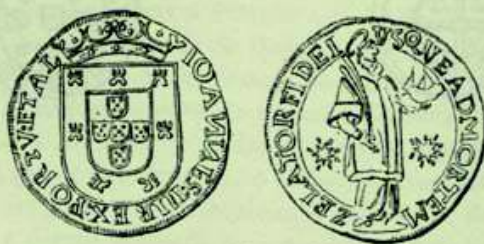
Entre nós, se bem que algumas tentativas tivesse havido anteriores ao século xviii, só então a medalha foi cultivada sistematicamente digamos, como monumento de comemoração duradoura. E é esse século, sem dúvida, o período mais brilhante da medalhística em Portugal.

Antes de nos ocuparmos propriamente do objecto destas linhas — a *Medalhística Olisiponense* — seja-nos permitido recordar, previamente, como introdução cronológica à descrição dela, certas *moedas* ilustrativas da história de Lisboa.

Começaremos por recordar os antigos *dinheiros* dos nossos primeiros Reis, a que se refere Fernão Lopes dizendo: «E destes dinheiros velhos, quem quiria fazer moeda mais pequena, cortava hum *dinheiro* pella meatade com humma tesoura, ou a britava com os dentes, e a meatade daquel *dinheiro* chamavom *mealha* ou *pogeya* e compravom com ella humma *mealha* ⁽¹⁾ de mostarda ou dalfelloa, ou de tramoços, e semelhantes cousas» ⁽²⁾.

Caracterizavam êsses *dinheiros*, cujo emprêgo se verificou durante tôda a primeira dinastia, as Quinas de Portugal dum lado e a Cruz do outro: representando aquêlas a Nação a que as moedas pertenciam, e esta o sagrado emblema para defesa do qual se criara o nosso Reino. Porisso que a Cruz constitui o símbolo mais constante que encontramos nas moedas portuguesas, e desde as primeiras que entre nós existiram, e através dos séculos foi perdurando para afirmar ao Mundo a cristandade do Reino de Portugal ⁽³⁾ o que é talvez uma das características mais dominantes do nosso povo durante a sua história.

Ao findar a dinastia afonsina em tempo de El-Rei D. Fernando bateram-se certas moedas cujos nomes e tipos aludiam às armaduras do guerreiros franceses que então vieram combater a



S. Vicente

nosso lado contra os castelhanos, no cerco de Lisboa: são as *barbudadas*, *graves* e *pilartes*; assim diz Severim de Faria ⁽⁴⁾: «muitos soldados franceses, vinham armados de celadas a que êles chamavão *Barbudadas*; e trazião lanças com pendoens, que chamavão *Graves*; e trazião consigo Pagens para as celadas, a que chamavão *Pilartes*; e querendo El Rei D. Fernando deixar memória desta sua empreza poz estes nomes, e insignias nas moedas, que mandou lavar de novo».

Ainda dêste reinado lembraremos um dos tipos do *tornez* de busto em que se lê por extenso a palavra *Lisboa* como marca de oficina monetária, aliás mais vulgarmente representada apenas pela inicial L ⁽⁵⁾.

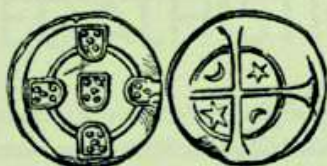
A recordar-nos o cerco que a Capital sofreu no tempo do Mestre de Aviz, temos os *Reais*, batidos com a prata das Igrejas, em nome do Mestre, como Regedor e Defensor do Reino, que o povo ufanamente trazia ao pescoço como amuleto de virtude! ⁽⁶⁾.

Também nas moedas ficou perpetuado o nome do Santo padroeiro de Lisboa: *São Vicente* — assim se chamavam certas moedas de ouro de El Rei D. João III, que ostentavam a figura daquelle taumaturgo, com seus atributos: a palma e a caravela dos corvos. Neste passo vem a talho de foice lembrar que a tradição antiga diz-nos que certos corvos alimentados durante muitos anos pelos cuidados da Sé de Lisboa eram os descendentes daqueles que acompanharam na Caravela

de seu símbolo, o corpo desse santo, desde o Cabo que tem o seu nome (S. Vicente), até à mui nobre cidade de Lisboa (?).

Ainda no campo da Numismática, ou melhor, num dos seus ramos colaterais — a Tesse-
rologia — apontaremos os curiosos *contos para contar* (muitas vezes tomados por verdadeiras moe-
das de tal forma se lhes assemelham) que nos recordam como o comércio efectuava nesses tempos
de outrora a sua contabilidade. Isto é, não tendo ainda conhecimento dos algarismos arábicos —
que só na segunda metade do século XVI começaram a ser divulgados pelas «*Aresméticas*» — não
podiam por isso fazer qualquer operação pela contagem romana, a única até então conhecida; de
modo que se viam forçados a recorrer a uso dessas peças monetiformes, para avaliar do montante
das vendas realizadas durante o dia, pela atribuição convencional que lhes faziam a *soldos, reais*

CONTOS PARA CONTAR



D. Fernando I



D. João I



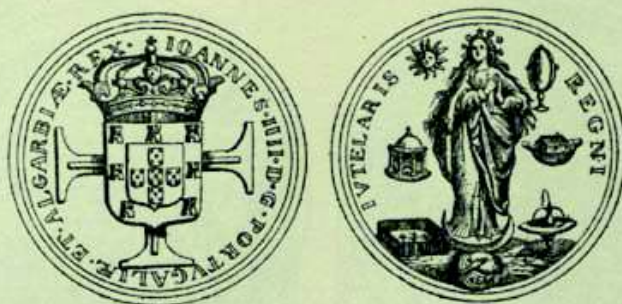
D. Manuel I



D. João III

ou *dinheiros*, etc. e cujas peças introduziam numa gaveta em determinados cacifos correspondentes
a essas designações. E assim, findo o dia, «contavam» o número de «contos» que se encontravam
nas respectivas divisórias dos *soldos, reais, dinheiros* ou *ceitis*, etc. notando-se depois em algarismos
romanos. No dia seguinte recomeçava a faina dos «contos para contar». Por isso que sòmente
depois de divulgados os algarismos árabicos foi possível trabalhar com as quatro operações aritmé-
ticas, dando-se com esse facto a consequente abolição da contagem pelos «contos», o que ori-
ginou o seu desaparecimento. E daí os mais recentes exemplos que se conhecem pertecerem
ao reinado de D. Sebastião (1557-1578), sendo os mais antigos do tempo de D. Fernando

Entrando agora pròpriamente na *Medalhística Olisiponense*, a primeira medalha que encontramos feita em Portugal e ligada à história de Lisboa, é a que recorda o sacrilego desacato feito na primitiva Igreja de Santa Engrácia, em 1630, ao ser arrombado o sacrário daquele templo.



Conceição

Depois desta depara-se-nos um exemplar curiosíssimo: a *moeda-medalha* da Conceição. Esta peça foi cunhada em 1650 para comemorar a adopção que El-Rei D. João IV fizera de Nossa Senhora da Conceição para Padroeira do Reino de Portugal, pelas côrtes de 1646 (*). E se bem que tivesse corrido por moeda — a 600 réis os exemplares de prata e 12.000 réis os de ouro —, a sua configuração é no entanto caracteristicamente de *medalha*. Todavia na Numismática nunca ela é esquecida, mormente pelo ser a única que se conhece batida no engenho trazido para Portugal por António Routier: a máquina que tentou destronar o velho processo manual do martelo, mas que — tal como aquêlê outro mais antigo de João Gonçalves, o *engenhoso*, de 1582 — foi posta de parte; por isso que a «Conceição» é sempre nomeada para recordar aquela fase passageira da amoeção mecânica em Portugal.



Academia da História

Do século XVII pouco mais temos da medalhística olisiponense; é preciso, pois, entrar no século imediato, no reinado do *Magnânimo* Dom João V, para encontrarmos nas medalhas o registo dos acontecimentos lisboetas.

Abrem a série as medalhas comemorativas da fundação da Academia Real da História, em 1720, seguidas alguns decénios mais tarde pelas que registaram o trágico terramoto de 1755.



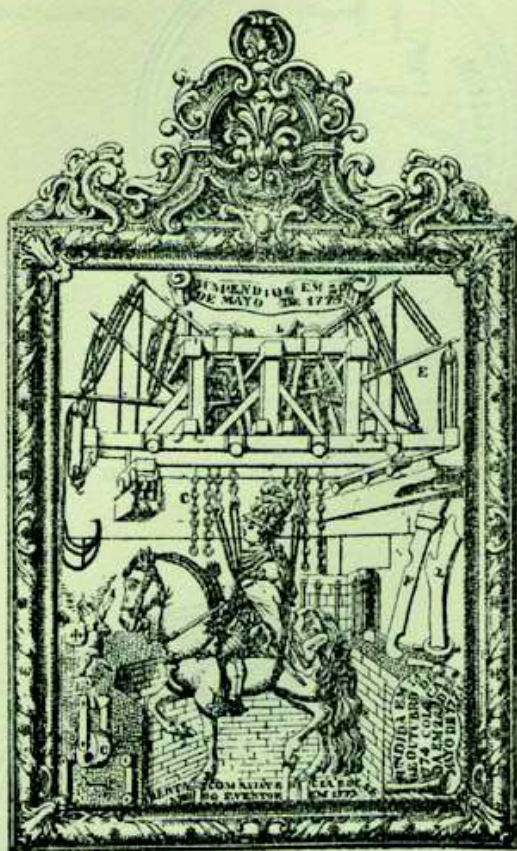
Terramoto

Poucos anos passados dá-se o atentado contra o Rei D. José, o que dá ensejo, em 1760, a um variado lavramento de medalhas, que nos três metais registaram o acontecimento, conhecidas por «medalhas da Igreja da Memória».



Igreja da Memória

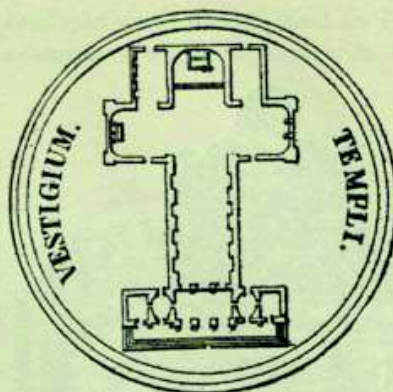
Largamente representado nas medalhas foi também o levantamento da estátua equestre do Terreiro do Paço, em 1775, assim como o da construção, em 1779, da Basílica da Estrêla, uma das maiores Igrejas do Mundo consagradas ao Coração de Jesus, que de igual modo foi comemorado em medalhas de variados tipos, módulos e metais.



Medalha de porcelana que comemora a máquina de Bartolomeu da Costa com que foi elevada a estátua de D. José



Estátua Equestre



Igreja da Estréla

A fundação da Academia Real das Ciências pela Rainha D. Maria I não ficou igualmente esquecida de ser recordada na arte de Pisanelo.



Academia das Ciências

O século XIX, mais do que o actual — embora menos brilhantemente do que no século anterior — também gravou nas medalhas muitos dos fastos da História da Capital. Assim, temos em 1828 a medalha comemorativa da chegada a Lisboa do Rei D. Miguel; em 1855 perpetua-se no bronze a aclamação de El-Rei D. Pedro V; no ano seguinte comemora-se a inauguração do primeiro trôço de caminho de ferro que ligava Lisboa a Santarém; dois anos depois celebra-se o casamento de El-Rei D. Pedro V; em 1862 levanta-se o monumento dos Restauradores e festeja-se o casamento de El-Rei D. Luís; em 1867 inaugura-se o monumento a Camões; em 1870 inaugura-se igualmente o monumento ao Rei D. Pedro IV, no Rossio; em 1879 a organização dos concertos clás-

sicos fica também lembrada numa medalha, e no ano seguinte, em 1880, comemora-se o tricentenário da morte de Camões, o que deu lugar à cunhagem duma larga série de medalhas alusivas ao acontecimento.



Inauguração dos Caminhos de Ferro



Casamento d'El-Rei D. Luis

Passado o período dos festejos nacionais da comemoração do tricentenário de Camões, de grande significado e importância não só na vida da Capital mas da própria Nação, breve registam as medalhas, em 1882, a comemoração do Centenário da morte do Marquês de Pombal — o estadista a quem Lisboa inegavelmente tanto deve.

Temos depois a recordação pelas medalhas do casamento de El-Rei D. Carlos, em 1886, da inauguração dos trabalhos no Pôrto de Lisboa (1887), da fundação da Associação Protectora da Infância (1891), do quingentenário do Infante D. Henrique (1894), das comemorações do VII Cen-

tenário do nascimento do grande e afamado Santo António de Lisboa (1895), e finalmente a celebração nacional, em 1898, do 4.º centenário do descobrimento marítimo para a Índia.

Após a larga representação medalhística a que o feito de Vasco da Gama deu lugar, apenas nos resta mencionar, no último ano do século XIX (em 1900), as medalhas comemorativas da inauguração do primeiro monumento a Sousa Martins, e do quarto centenário do Descobrimento do Brasil, também de extensa representação.

São estes a traços largos os factos de maior relêvo que interessam à história de Lisboa até ao fim do século XIX, e que as medalhas recordam, na quasi perpetuidade da sua duração.

A medalhística portuguesa durante o primeiro quartel do século em que estamos, nenhuma diferença, para assim dizer, faz das produções do século XIX. Estão, pois, neste caso as medalhas comemorativas das viagens à Capital dos Reis Eduardo VII e Afonso XIII (respectivamente em 1903 e 1905) da fundação da Assistência Nacional aos Tuberculosos (1904), da vinda a Lisboa, do Presidente da República Francesa, Loubet (1905), do trigésimo aniversário da Sociedade de Geografia, da realização do XV Congresso Internacional de Medicina em Lisboa (1906), do 50.º aniversário do Colégio de Campolide (1908), da 10.ª Conferência Telegráfica Internacional, ou da aclamação de El-Rei D. Manuel II (1908).

É necessário porisso entrarmos no segundo quartel d'êste século — ou seja nos abençoados dias que Portugal está vivendo, de ordem, paz, e respeito mútuo — para se nos depararem as medalhas com características próprias e diferenciadas das do século passado, e nomeadamente as que perpetuam a lembrança da celebração dos grandiosos festejos comemorativos dos Centenários Nacionais, de 1940. Com efeito, nos primeiros decénios d'êste século, apenas dois gravadores sobressaem, ombreando brilhantemente neste período: Simões de Almeida e João da Silva. E neste passo importa notar que é a êste último artista que devemos a bela série de medalhas que melhor representarão no futuro o 2.º quartel do século XX, pela evolução notável que a sua técnica sofreu com o tempo, ao abandonar as formas acabadinhas do século XIX, como resquício longínquo do saudável e poético romantismo, característico do século passado, para as expressões simplificadas, mais primitivas, e sóbrias, dos tempos modernos, sem contudo haver perdido ou abandonado o saudável e eternamente belo equilíbrio das proporções, único esteio sólido da perpétua Beleza (*).

Pedro Batalha Reis

(1) É d'êste vocábulo que provém o de *mealheiro*, e não de «migalha» como por vezes crê o vulgo.

(2) Vid. Fernão Lopes, *Chronica d'El Rei D. Fernando*, in *Inéditos* da Academia Real das Sciencias, tomo IV, pág. 238.

(3) Vid. o nosso artigo *O espirito cristão da Numismática Portuguesa*, publicado na «Broteria», volume 36, fasc. 5.

(4) In *Noticias de Portugal*, Tomo II, Discurso IV, pág. 56 (da ed. de 1791).

(5) Note-se que sendo Lisboa a capital do Reino, e portanto o local de direito próprio à prerrogativa de bater moeda, a mór parte das vezes não se indicava a oficina monetária — o que já não sucedia, em regra, com as outras cidades onde eventualmente se cunhava moeda. Cfr. o nosso estudo *Das moedas de Toro*. Lisboa, 1935, pág. 5, n. 8.

(6) Vid. o nosso estudo *Moedas de Toro*, Lisboa 1933, pág. 44, n. 2.

(7) Daí o denominarem-se os corvos, geralmente, «Vicentes».

(8) Vid. o nosso artigo *A moeda da Conceição*, in o jornal *A Voz* de 8/XII/34.

(9) Este artigo é apenas breve resumo dum trabalho mais desenvolvido que temos em preparação acerca da *Medalhística Olisiponense*.